

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIAS ADICIONAIS REAIS E FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA CENTRAIS EÓLICAS DE CAETITÉ PARTICIPAÇÕES S.A.

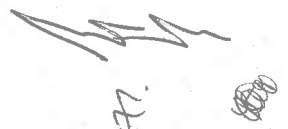
entre

CENTRAIS EÓLICAS DE CAETITÉ PARTICIPAÇÕES S.A.
como Emissora

e

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
como Agente Fiduciário, representando a comunhão de Debenturistas

Datado de
02 de junho de 2014



ÍNDICE

CLÁUSULA PRIMEIRA – AUTORIZAÇÕES SOCIETÁRIAS	3
CLÁUSULA SEGUNDA – REQUISITOS	4
CLÁUSULA TERCEIRA – CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO	6
CLÁUSULA QUARTA – COLOCAÇÃO E PROCEDIMENTO DE DISTRIBUIÇÃO E CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES	7
CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA	28
CLÁUSULA SEXTA – AGENTE FIDUCIÁRIO	34
CLÁUSULA SÉTIMA – ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS	42
CLÁUSULA OITAVA – DECLARAÇÕES DA EMISSORA	44
CLÁUSULA NONA – NOTIFICAÇÕES	46
CLÁUSULA DÉCIMA – DISPOSIÇÕES GERAIS	48
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FORO	49



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIAS ADICIONAIS REAIS E FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA CENTRAIS EÓLICAS DE CAETITÉ PARTICIPAÇÕES S.A.

Pelo presente instrumento particular, de um lado:

(i) **CENTRAIS EÓLICAS DE CAETITÉ PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Visconde de Pirajá, 470, 4º andar, CEP 22410-002, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 09.341.337/0001-37, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Emissora" ou "Companhia"); e

de outro lado, na qualidade de agente fiduciário, representando os interesses da comunhão dos titulares das debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantias adicionais reais e fidejussória, em série única, da 1ª (primeira) emissão da Companhia ("Debenturistas", "Debêntures" e "Emissão", respectivamente):

(ii) **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 04, sala 514, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento ("Agente Fiduciário"), na qualidade de representante dos Debenturistas;

sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante designados, em conjunto, como "Partes" e, individual e indistintamente, como "Parte", vêm por esta e na melhor forma de direito celebrar o presente "Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Reais e Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Centrais Eólicas de Caetité Participações S.A." ("Escritura de Emissão"), que será regido pelas cláusulas e condições a seguir.

Os termos aqui iniciados em letra maiúscula, estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído nesta Escritura de Emissão, ainda que posteriormente ao seu uso.

CLÁUSULA PRIMEIRA – AUTORIZAÇÕES SOCIETÁRIAS

1.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com deliberações tomadas na Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Emissora, realizada em 22 de maio de 2014 ("AGE da Emissão") na

qual foi deliberada a aprovação dos termos e condições da Emissão e da Oferta Restrita, bem como a autorização à diretoria da Companhia para adotar todas e quaisquer medidas e celebrar todos os documentos necessários à realização da Emissão, incluindo os Contratos de Garantias Reais, conforme aplicável, podendo, adicionalmente, celebrar aditamentos a esta Escritura de Emissão e aos Contratos de Garantias Reais, conforme aplicável, tudo em conformidade com o disposto no artigo 59 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

1.2. A Fiança, a ser constituída sujeita à implementação de condição suspensiva (*i.e.*, liberação das Garantias Reais conforme previsto na Cláusula 4.17.3 abaixo), será devidamente aprovada pelos cotistas do Rio Energy Fundo de Investimento em Participações ("FIP Rio Energy") em Assembleia Geral de Cotistas, nos termos do Regulamento do Rio Energy Fundo de Investimento em Participações, datado de 12 de agosto de 2013, conforme registrado no 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos, sob o nº 3486747.

CLÁUSULA SEGUNDA – REQUISITOS

A Emissão será realizada em observância aos seguintes requisitos:

2.1. Dispensa de Registro na CVM e Registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

2.1.1. A distribuição pública das Debêntures desta Emissão ("Oferta Restrita") será realizada nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476") e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforme alterada.

2.1.2. Por se tratar de oferta para distribuição pública com esforços restritos de colocação, a Oferta Restrita poderá vir a ser registrada na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA"), nos termos do parágrafo 2º do artigo 1º do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários" atualmente em vigor, exclusivamente para fins de informar a base de dados da ANBIMA, após a expedição de diretrizes específicas nesse sentido pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA.

2.2. Arquivamento e Publicação das Autorizações Societárias

2.2.1. A AGE da Emissão será devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") e publicada no jornal "Valor Econômico" e no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, de acordo com o artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações.



2.2.2. A AGC FIP Rio Energy será devidamente registrada no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

2.3. Arquivamento desta Escritura de Emissão

2.3.1. A presente Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão arquivados na JUCERJA, de acordo com o inciso II e com o parágrafo 3º do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

2.3.2. A Emissora compromete-se a enviar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão e eventuais aditamentos, devidamente registrados na JUCERJA, em até 10 (dez) dias após a data de obtenção dos referidos registros.

2.4. Registro para Colocação Primária e Negociação Secundária

2.4.1. As Debêntures serão devidamente registradas para:

- (i) distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e
- (ii) negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.4.2. Não obstante o disposto na Cláusula 2.4.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados, depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, observado o disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e uma vez verificado o cumprimento, pela Companhia, de suas obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

2.5. Registro das Garantias

2.5.1. O registro dos Contratos de Garantia e eventuais aditamentos será realizado nos órgãos competentes nos termos da legislação aplicável, sendo certo que:

- (i) o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Emissora e os Contratos de Alienação Fiduciária de Ações das Eólicas Caetité, bem como seus respectivos aditamentos, conforme aplicável, serão registrados nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes, conforme previsto nos respectivos contratos, e os ônus constituídos por meio desses instrumentos sobre as respectivas ações serão registrados nos “Livro de Registro de Ações”

da Emissora, da Eólica Caetité A S.A. ("Eólica Caetité A"), da Eólica Caetité B S.A. ("Eólica Caetité B") e da Eólica Caetité C S.A. ("Eólica Caetité C") e, em conjunto com a Eólica Caetité A e Eólica Caetité B, "Eólicas Caetité", conforme o caso;

- (ii) os Contratos de Cessão Fiduciária de Direitos Emergentes e os Contratos de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios de Contratos, bem como seus respectivos aditamentos, conforme aplicável, serão registrados nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes, conforme previsto nos respectivos contratos; e
- (iii) a Fiança será registrada no Cartório de Registro de Títulos e Documentos competente, nos termos do respectivo instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

3.1.1. De acordo com o Artigo 3º do seu estatuto social, a Emissora tem como objeto social: "(i) a geração venda e qualquer outra forma de comercialização de energia elétrica através da exploração de centrais de produção de energia elétrica eólica, de qualquer tamanho e potência, podendo para tanto praticar todos os atos necessários à realização das referidas atividades; (ii) a identificação, aquisição e/ou desenvolvimento de empreendimentos no setor elétrico e/ou negócios correlatos, bem como a participação em sociedades detentoras de (ou constituídas com o propósito de administrar) empreendimentos e/ou negócios correlatos do setor elétrico; e (iii) a participação no capital de outras sociedades empresárias ou não empresárias, como sócia, acionista ou quotista, no Brasil".

3.2. Número da Emissão

3.2.1. A presente Emissão representa a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.

3.3. Valor Total da Emissão

3.3.1. O valor total da Emissão será de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) na Data de Emissão ("Valor Total da Emissão").

3.4. Séries

3.4.1. A Emissão será realizada em série única.



3.5. Quantidade de Debêntures

3.5.1. Serão emitidas 150 (cento e cinquenta) Debêntures.

3.6. Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

3.6.1. O banco liquidante da Emissão é o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04 ("Banco Liquidante").

3.6.2. O escriturador mandatário das Debêntures é a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 61.194.353/0001-64 ("Escriturador Mandatário").

3.7. Destinação dos Recursos

3.7.1. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da Emissão serão destinados a investimentos nas centrais eólicas Eólica Caetité A, com 23,8 MW de capacidade instalada, Eólica Caetité B, com 22,1 MW de capacidade instalada, e Eólica Caetité C, com 8,5 MW de capacidade instalada, localizadas em Complexo Eólico no Município de Caetité no Estado da Bahia ("Projeto").

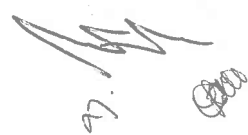
3.8. Imunidade de Debenturistas

3.8.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sendo certo que, caso o Debenturista não envie referida documentação, a Emissora fará as retenções dos tributos previstos em lei.

CLÁUSULA QUARTA – COLOCAÇÃO E PROCEDIMENTO DE DISTRIBUIÇÃO E CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Colocação e Procedimento de Distribuição

4.1.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, com a intermediação de instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenador Líder"), sob o regime de garantia firme de subscrição, nos termos do "Contrato de Estruturação, Coordenação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, sob o Regime de Garantia Firme de Subscrição, de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Reais e Fidejussória, em Série Única, da Primeira Emissão da



Centrais Eólicas Caetité Participações S.A.”, a ser celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder (“Contrato de Distribuição”).

4.1.2. A Oferta Restrita será realizada em observância ao plano de distribuição previamente acordado entre a Emissora e o Coordenador Líder, conforme estabelecido nesta Cláusula Quarta e no Contrato de Distribuição.

4.1.3. O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476 (“Plano de Distribuição”). Para tanto, os Coordenadores poderão acessar, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

4.1.4. A Oferta Restrita terá como público-alvo investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 109 da Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, observado ainda o disposto no artigo 4º da Instrução CVM 476 (“Investidores Qualificados”).

4.1.4.1. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta Restrita descrita na presente Cláusula: (i) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas consideradas Investidores Qualificados deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

4.1.5. A quantidade de Debêntures e o valor da Emissão e da Oferta Restrita não poderão ser aumentados em nenhuma hipótese.

4.1.6. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos da CETIP e com o Plano de Distribuição descrito nesta Cláusula Quarta e no Contrato de Distribuição.

4.1.7. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando, entre outros, que efetuou sua própria análise com relação à capacidade de pagamento da Emissora, atestando adicionalmente estar ciente de que, dentre outros: (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM, sendo que poderá vir a ser registrada na ANBIMA apenas para fins de informação de base de dados, nos termos da Cláusula 2.1.2 acima e após expedição das regras específicas pela ANBIMA; e (ii) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas nesta Escritura de Emissão, no Contrato de Distribuição e na regulamentação aplicável, devendo, ainda, por meio de tal declaração, manifestar sua concordância expressa a todos os seus termos e condições (“Declaração de Investidor Qualificado”).

4.1.8. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Qualificados interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Oferta Restrita, bem como não existirão

reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

4.1.9. Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

4.2. Data de Emissão das Debêntures

4.2.1. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 16 de junho de 2014 ("Data de Emissão").

4.3. Valor Nominal Unitário das Debêntures e Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário das Debêntures

4.3.1. O valor nominal unitário das Debêntures será, na Data de Emissão, de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) ("Valor Nominal Unitário").

4.3.2. O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será corrigido ou atualizado monetariamente por qualquer índice.

4.4. Forma, Conversibilidade e Comprovação da Titularidade das Debêntures

4.4.1. As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem a emissão de certificados ou cautelas.

4.4.2. Para todos os fins e efeitos legais, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pelo Escriturador Mandatário, na qualidade de instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP em nome do Debenturista quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.5. Espécie

4.5.1. As Debêntures serão da espécie quirografária, com garantias adicionais reais e fidejussória, nos termos da Cláusula 4.17 abaixo.

4.6. Subscrição e Integralização

4.6.1. As Debêntures serão subscritas e integralizadas no mesmo ato, a partir da data de início de distribuição. O preço de subscrição das Debêntures será seu Valor Nominal Unitário acrescido da



Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de sua respectiva subscrição e integralização, considerando-se 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento (“Preço de Subscrição”).

4.6.2. As Debêntures serão subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional, de acordo com as normas de liquidação e procedimentos estabelecidos pela CETIP e observados os termos e condições do Contrato de Distribuição.

4.7. Prazo de Vigência e Data de Vencimento

4.7.1. As Debêntures terão prazo de vigência de 1 (um) ano contado da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 16 de junho de 2015 (“Data de Vencimento”).

4.8. Amortização

4.8.1. O Valor Nominal Unitário será amortizado em uma única parcela, na Data de Vencimento, (ou na Data do Resgate Antecipado, nos termos da Cláusula 4.10 abaixo, ou do vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Cláusula 4.14 abaixo, conforme aplicável).

4.9. Remuneração

4.9.1. Sobre o Valor Nominal Unitário incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, *over extra grupo*, denominada “Taxa DI over extra grupo”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP (“Taxa DI”), no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>), capitalizada de uma sobretaxa de 2,20% (dois inteiros e vinte centésimos por cento) expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“Remuneração”). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, desde a Data de Emissão até a Data de Vencimento (ou a Data do Resgate Antecipado, nos termos da Cláusula 4.10 abaixo, ou do vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Cláusula 4.14 abaixo, conforme aplicável), de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = VN \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

J

valor unitário da Remuneração, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento, devido na Data de Vencimento (ou a Data do Resgate Antecipado, nos termos da Cláusula 4.10 abaixo, ou do vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Cláusula 4.14 abaixo, conforme aplicável);

VNe Valor Nominal Unitário das Debêntures informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros Fator de juros, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread, \text{ onde}$$

Fator DI Produtório das Taxas DI, desde a Data de Emissão, inclusive, até a Data de Vencimento (ou a Data do Resgate Antecipado, nos termos da Cláusula 4.10 abaixo, ou do vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Cláusula 4.14 abaixo, conforme aplicável), exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

onde:

k número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até n;

n número total de Taxas DI, considerado desde a Data de Emissão até a data de cálculo, sendo "n" um número inteiro;

TDI_k Taxa DI over de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI_k Taxa DI, de ordem k, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread Sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, conforme fórmula abaixo:

$$FatorSpread = \left[\left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]$$

onde:

Spread = 2,2000;

n = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão e a data de cálculo, sendo "n" um número inteiro.

Observações:

- (a) Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que, a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (b) Se os fatores diários estiverem acumulados, considerar-se-á o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;
- (c) o fator resultante da expressão (Fator DI x Fator Spread) é considerado com 9 (nove) casas decimais com arredondamento; e
- (d) Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

4.9.2. Observado o disposto nas Cláusulas 4.9.3 e seguintes, se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora, não houver divulgação da Taxa DI, será automaticamente utilizada, em sua substituição, a última Taxa DI divulgada até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

4.9.3. Na ausência da apuração, divulgação e/ou limitação da Taxa DI por prazo superior a 5 (cinco) Dias Úteis contados da data esperada para apuração e/ou divulgação e/ou em caso de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI, será convocada, pelo Agente Fiduciário, em até 7 (sete) Dias Úteis contados da última divulgação da Taxa DI, Assembleia Geral de Debenturistas, para deliberação pelos Debenturistas, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro de remuneração das Debêntures, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração.

4.9.3.1. A Assembleia Geral de Debenturistas referida na Cláusula 4.9.3 acima deverá ser realizada dentro do prazo de 8 (oito) dias contados da publicação do edital de convocação ou, caso não se verifique *quorum* para realização da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação, no prazo de 5 (cinco) dias contados da publicação do edital de segunda convocação.

4.9.3.2. Caso não haja acordo sobre a nova taxa de juros referencial da Remuneração entre a Emissora e Debenturistas que detenham, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, a Emissora deverá adquirir a totalidade das Debêntures em Circulação, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados da data da ocorrência da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida até a data da efetiva aquisição, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão. As Debêntures adquiridas nos termos desta Cláusula 4.9.3.2 serão canceladas pela Emissora. Para o cálculo da Remuneração das Debêntures a serem adquiridas nos termos desta Cláusula, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente.

4.9.3.3. Caso a Taxa DI volte a ser divulgada a qualquer momento antes: (i) da realização da Assembleia Geral de Debenturistas de que trata a Cláusula 4.9.3 acima; ou (ii) do encerramento do prazo para aquisição da totalidade das Debêntures em Circulação pela Emissora, conforme Cláusula 4.9.3.2 acima e, neste caso, desde que a aquisição acima referida não tenha ocorrido, a Assembleia Geral de Debenturistas prevista na alínea (i) acima e a aquisição da totalidade das Debêntures prevista no item (ii) acima, conforme o caso, não será realizada e, consequentemente, a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI nos termos desta Cláusula 4.9.3.3, a última Taxa DI divulgada será utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão.

4.9.4. A Remuneração será devida em uma única parcela, na Data de Vencimento (ou a Data do Resgate Antecipado, nos termos da Cláusula 4.10 abaixo, ou do vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Cláusula 4.14 abaixo, conforme aplicável).

4.9.4.1. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes à Data de Vencimento até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, caso a Data de Vencimento não seja um Dia Útil, de acordo com o estabelecido na Cláusula 4.19 abaixo.

4.9.5. Farão jus aos eventos previstos nesta Escritura de Emissão aqueles que sejam titulares de Debêntures em Circulação ao final do Dia Útil imediatamente anterior à Data de Vencimento.

4.10. Resgate Antecipado Facultativo e Resgate Antecipado Obrigatório

4.10.1. *Resgate Antecipado Facultativo.* A Emissora poderá, observados os termos e condições estabelecidos nesta Escritura de Emissão, a seu exclusivo critério e a qualquer momento, a partir da data em que ocorrer a primeira integralização de Debêntures, realizar o resgate antecipado facultativo, total ou parcial, das Debêntures em Circulação que tiverem sido subscritas e integralizadas, observado o artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações ("Resgate Antecipado Facultativo"). O Resgate Antecipado Facultativo será operacionalizado nos termos indicados a seguir.

4.10.1.1. Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo, os Debenturistas farão jus ao pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário, acrescido (i) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data em que ocorrer o Resgate Antecipado Facultativo ("Data do Resgate Antecipado Facultativo"); e (ii) de prêmio de resgate correspondente a uma taxa expressa na forma percentual, de acordo com a tabela abaixo ("Prêmio de Resgate") incidente sobre o Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data do Resgate Antecipado Facultativo.

DATA DO RESGATE ANTECIPADO	PRÊMIO DE RESGATE
Entre 16 de junho de 2014 (inclusive) a 16 de julho de 2014 (inclusive)	0,900%
Entre 17 de julho de 2014 (inclusive) a 16 de agosto de 2014 (inclusive)	0,845%
Entre 17 de agosto de 2014 (inclusive) a 16 de setembro de 2014 (inclusive)	0,791%
Entre 17 de setembro de 2014 (inclusive) a 16 de outubro de 2014 (inclusive)	0,736%
Entre 17 de outubro de 2014 (inclusive) a 16 de novembro de 2014 (inclusive)	0,682%
Entre 17 de novembro de 2014 (inclusive) a 16 de dezembro de 2014 (inclusive)	0,627%
Entre 17 de dezembro de 2014 (inclusive) a 16 de janeiro de 2015 (inclusive)	0,573%
Entre 17 de janeiro de 2015 (inclusive) a 16 de fevereiro de 2015 (inclusive)	0,518%
Entre 17 de fevereiro de 2015 (inclusive) a 16 de março de 2015 (inclusive)	0,464%
Entre 17 de março de 2015 (inclusive) a 16 de abril de 2015 (inclusive)	0,409%
Entre 17 de abril de 2015 (inclusive) a 16 de maio de 2015 (inclusive)	0,355%
Entre 17 de maio de 2015 (inclusive) a 15 de junho de 2015 (inclusive)	0,300%

4.10.1.2. Quando o Resgate Antecipado Facultativo for parcial, deverá ser realizado procedimento de sorteio, a ser coordenado pelo Agente Fiduciário, que aplicará o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, observado ainda que, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, o resgate será realizado de acordo com os procedimentos adotados pela CETIP, sendo que todas as etapas do processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas pelos Debenturistas serão realizadas fora do âmbito da CETIP.

4.10.1.3. Caso o Resgate Antecipado Facultativo ocorra com relação às Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, o Resgate Antecipado Facultativo seguirá os procedimentos de liquidação de eventos adotados pela CETIP.

4.10.2. Resgate Antecipado Obrigatório. A Emissora, desde a Data de Emissão, obriga-se a efetuar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures após o primeiro desembolso do Financiamento de Longo Prazo ("Resgate Antecipado Obrigatório" e, em conjunto com o Resgate Antecipado Facultativo, "Resgate Antecipado"), observados os termos e condições abaixo estabelecidos.

4.10.2.1. Caso o Resgate Antecipado Obrigatório seja realizado (A) até 16 de novembro de 2014 (inclusive), os Debenturistas farão jus ao pagamento do Valor Nominal Unitário, acrescido: (i) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data em que ocorrer o Resgate Antecipado Obrigatório ("Data do Resgate Antecipado Obrigatório"); e (ii) do Prêmio de Resgate, conforme tabela indicada na Cláusula 4.10.1.1 acima, incidente sobre o Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data do Resgate Antecipado Obrigatório; ou (B) a partir de 17 de novembro de 2014 (inclusive), a Emissora deverá pagar aos

Debenturistas o Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data do Resgate Antecipado Obrigatório.

4.10.2.2. Caso o Resgate Antecipado Obrigatório ocorra com relação às Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, o respectivo Resgate Antecipado Obrigatório seguirá os procedimentos de liquidação de eventos adotados pela CETIP.

4.10.3. O Resgate Antecipado somente poderá ocorrer por meio de correspondência ou publicação de comunicação dirigida aos Debenturistas a ser amplamente divulgada nos termos da Cláusula 4.20 desta Escritura de Emissão ("Comunicação de Resgate Antecipado"), com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis contados da Data do Resgate Antecipado Facultativo ou da Data do Resgate Antecipado Obrigatório, conforme o caso ("Data do Resgate Antecipado"). A Data do Resgate Antecipado deverá, obrigatoriamente, ser um Dia Útil.

4.10.3.3. Na Comunicação de Resgate Antecipado deverá constar: (i) se o Resgate Antecipado será total ou parcial, no caso de Resgate Antecipado Facultativo; (ii) no caso de o Resgate Antecipado Facultativo ser parcial, a quantidade de Debêntures a ser efetivamente resgatadas; (iii) a Data do Resgate Antecipado; (iv) o percentual do prêmio a ser aplicado; e (v) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado.

4.10.4. A CETIP deverá ser comunicada pela Emissora através de correspondência com o "de acordo" do Agente Fiduciário, sobre o respectivo Resgate Antecipado com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da respectiva Data de Resgate Antecipado.

4.10.5. As Debêntures objeto do Resgate Antecipado serão obrigatoriamente canceladas.

4.10.6. *Amortização Extraordinária Facultativa.* As Debêntures não estarão sujeitas a amortização extraordinária facultativa pela Emissora.

4.11. Aquisição Facultativa

4.11.1. Nos termos do artigo 55, parágrafo terceiro, da Lei das Sociedades por Ações, é facultado à Emissora adquirir Debêntures de sua emissão: (i) por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário, desde que tal fato conste do relatório da administração e de suas demonstrações financeiras; ou (ii) por valor superior ao Valor Nominal Unitário, desde que observe as regras expedidas pela CVM. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado, conforme aplicável. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em Circulação.



4.12. Repactuação

4.12.1. As Debêntures não serão objeto de repactuação.

4.13. Aditamento à Presente Escritura de Emissão

4.13.1. Quaisquer aditamentos a esta Escritura de Emissão deverão ser firmados pela Emissora e pelo Agente Fiduciário, conforme Cláusula Sétima abaixo, e posteriormente arquivados na JUCERJA, nos termos da Cláusula 2.3 acima.

4.14. Vencimento Antecipado

4.14.1. Observado o disposto nas Cláusulas 4.14.2 a 4.14.5 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar, assim que tiver ciência dos eventos, antecipadamente vencidas todas as obrigações da Emissora constantes desta Escritura de Emissão e exigirá dela o imediato pagamento do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data do seu efetivo pagamento, além dos encargos moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, independentemente de aviso ou notificação, na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses ("Hipóteses de Vencimento Antecipado"):

- (i) inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária, não cumprida no prazo de 1 (um) Dia Útil, relativa às Debêntures prevista nesta Escritura de Emissão, nos Contratos de Garantias Reais ou nos demais documentos relacionados à Emissão;
- (ii) inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária, não cumprida no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, relativa às Debêntures prevista nesta Escritura de Emissão, nos Contratos de Garantias Reais ou nos demais documentos relacionados à Emissão;
- (iii) ocorrência de cisão, fusão, incorporação, inclusive incorporação de ações, e/ou qualquer outro tipo de reestruturação societária envolvendo a Emissora e/ou qualquer de suas controladas diretas, desde que tal operação não tenha sido aprovada previamente por Debenturistas, que detenham, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim;
- (iv) protestos de títulos de crédito, em montante individual ou agregado igual ou superior a R\$200.000,00 (duzentos mil reais), cuja responsabilidade de pagamento recaia sobre a Emissora e/ou qualquer de suas controladas diretas, salvo se tiver sido comprovado que dentro do prazo legal: (a) tenha sido obtida decisão judicial para a anulação ou sustação de seus efeitos; (b) o protesto foi cancelado; (c) o valor do(s) título(s) protestado(s) foi

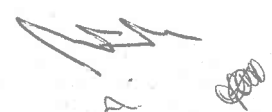
depositado em juízo; ou (d) o montante protestado foi devidamente quitado pela Emissora e/ou suas controladas diretas;

- (v) inadimplemento, observados os prazos de cura estabelecidos nos respectivos instrumentos, conforme aplicável, de obrigações, em valor igual ou superior, individual ou agregado, a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), contraídas pela Emissora e/ou qualquer de suas controladas diretas perante terceiros, em decorrência de empréstimos, mútuos ou financiamentos, inclusive por meio de operação de captação de recursos via mercado de capitais local ou internacional;
- (vi) inadimplemento, observados os prazos de cura estabelecidos nos respectivos instrumentos comerciais, conforme aplicável, de obrigações de natureza pecuniária cujo valor seja igual ou superior, em montante individual ou agregado, a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), (inclusive aquelas decorrentes de contratos firmados com fornecedores) contraídas pela Emissora e/ou qualquer de suas controladas diretas em contratos, independentemente do valor, exceto se a Emissora ou qualquer de suas controladas diretas, conforme o caso, estiver comprovadamente discutindo de boa fé o adimplemento da respectiva obrigação com a contraparte que estiver alegando referido inadimplemento;
- (vii) inadimplemento, observados os prazos de cura estabelecidos nos respectivos contratos, conforme aplicável, de obrigações da Emissora e/ou de qualquer de suas controladas diretas com qualquer dos Debenturistas;
- (viii) vencimento antecipado de quaisquer obrigações a que estejam sujeitas a Emissora e/ou qualquer de suas controladas diretas;
- (ix) caso qualquer das declarações e/ou informações prestadas pela Emissora, nos documentos relacionados à Emissão, incluindo, mas não se limitando, a esta Escritura de Emissão e aos Contratos de Garantia, revelarem-se incorretas, falsas, omissas ou enganosas, de modo a afetar adversamente e de forma relevante a capacidade da Emissora em honrar tempestivamente as obrigações pecuniárias relativas às Debêntures;
- (x) cessação pela Emissora e/ou por qualquer de suas controladas diretas de sua atividade empresarial ou adoção de medidas societárias voltadas à sua liquidação ou dissolução;
- (xi) na hipótese de qualquer documento relacionado à Emissão, incluindo, mas não se limitando a, esta Escritura de Emissão e os Contratos de Garantia, ser revogado, rescindido, tornar-se inexecutível, nulo ou inválido ou deixar de estar em pleno efeito e vigor, nos termos da legislação aplicável ou de decisão judicial transitada em julgado, observado o disposto nas Cláusulas 4.17.3 e 4.17.4 abaixo, ou, adicionalmente, no caso de



cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, no todo ou em parte, pela Emissora e/ou por qualquer de suas controladas diretas, de quaisquer de seus respectivos direitos e/ou obrigações assumidos nos termos de qualquer documento relacionado à Emissão, incluindo, mas não se limitando a, esta Escritura de Emissão e os Contratos de Garantia;

- (xii) caso ocorram alterações no controle acionário direto ou indireto da Emissora e/ou de suas controladas diretas durante a vigência das Debêntures, sem a prévia anuência de Debenturistas, que detenham, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim, com exceção de operações realizadas dentro do grupo econômico da Emissora. Para fins desta Escritura de Emissão, o termo "controle" tem o significado a ele atribuído no artigo 116, *caput*, alíneas "a" e "b", ou do artigo 243, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações, conforme aplicável;
- (xiii) ocorrência de: (a) liquidação, dissolução ou decretação de falência da Emissora e/ou de suas controladas diretas; (b) pedido de autofalência da Emissora e/ou de suas controladas diretas; (c) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e não devidamente elidido no prazo legal; (d) propositura, pela Emissora e/ou por qualquer de suas controladas diretas, de plano de recuperação extrajudicial da Emissora e/ou de suas controladas diretas, conforme o caso, a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou (e) ingresso pela Emissora e/ou por qualquer de suas controladas diretas com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente;
- (xiv) caso a Emissora e/ou suas controladas diretas sofram qualquer medida judicial ou extrajudicial, inclusive administrativa, que a critério dos Debenturistas possa afetar o cumprimento pela Emissora das obrigações relacionadas às Debêntures;
- (xv) destruição ou perda, de qualquer forma, a qualquer tempo, de quaisquer ativos ou direitos relevantes e relacionados ao Projeto, a critério de Debenturistas que detenham, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação;
- (xvi) abandono total ou parcial do Projeto ou qualquer ativo relevante que esteja ligado, direta ou indiretamente, ao Projeto, a critério de Debenturistas que detenham, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação;
- (xvii) não obtenção, renovação, cancelamento, revogação, intervenção, extinção ou suspensão das autorizações, licenças e outorgas, inclusive as ambientais, pertinentes e necessárias ao



desenvolvimento do Projeto, exigidas para construir, operar e manter o Projeto, que afetem a capacidade de pagamento das Debêntures, a critério de Debenturistas que detenham, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação;

(xviii) ocorrência de qualquer dano ambiental relacionado ao Projeto que o afete de forma direta ou indireta, que seja considerado relevante a critério de Debenturistas que detenham, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação; e

(xix) aplicação e/ou destinação dos recursos obtidos com a Emissão de forma comprovadamente diversa à prevista na presente Escritura de Emissão.

4.14.2. A ocorrência de qualquer das Hipóteses de Vencimento Antecipado acima descritas deverá ser comunicada ao Agente Fiduciário pela Emissora em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data do respectivo conhecimento pela Emissora. O descumprimento desse dever pela Emissora não impedirá o Agente Fiduciário ou os Debenturistas de, a seu critério, exercer(em) seus poderes, faculdades e pretensões previstos nesta Escritura de Emissão e nos demais documentos da Emissão, inclusive o de declarar o vencimento antecipado.

4.14.3. A ocorrência de quaisquer das Hipóteses de Vencimento Antecipado indicadas nos subitens i, iii, v, vi, vii, viii, x, xi, xii, xiii, xv, xvi, xvii, xviii e xix da Cláusula 4.14.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das obrigações decorrentes das Debêntures, sendo que o Agente Fiduciário, assim que ciente, deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido pela Emissora aos Debenturistas.

4.14.4. Na ocorrência de quaisquer das demais Hipóteses de Vencimento Antecipado (que não sejam aqueles indicados na Cláusula 4.14.3 acima), o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 5 (cinco) Dias Úteis contado da data em que tomar conhecimento do evento, uma Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a eventual não declaração do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

4.14.5. Se, nas Assembleias Gerais de Debenturistas referidas na Cláusula 4.14.4 acima, os Debenturistas detentores de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, determinarem que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures, o Agente Fiduciário não declarará o vencimento antecipado de tais Debêntures.

4.14.5.1. Na hipótese de (i) não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada na Cláusula 4.14.4 acima por falta de *quorum*, mesmo após segunda convocação, ou (ii) não ser alcançado o *quorum* mínimo para deliberação acerca da não declaração de vencimento antecipado, conforme estabelecido na Cláusula 4.14.5 acima, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures, mediante imediato envio de notificação à Emissora neste sentido.



4.14.6. Em caso de vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures, com o seu consequente cancelamento, obrigando-se ao pagamento do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data do seu efetivo pagamento, além dos encargos moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, em até 1 (um) Dia Útil contados da declaração do vencimento antecipado pelo Agente Fiduciário.

4.15. Multa e Juros Moratórios

4.15.1. Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, incluindo, sem limitação, o pagamento da Remuneração, ficarão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sujeitos a (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago; e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido e não pago, calculados *pro rata temporis* desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento; além das despesas incorridas para cobrança de referidos montantes.

4.16. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.16.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.15 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer remuneração adicional e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.17. Garantias

4.17.1. Como garantia do fiel, pontual e integral pagamento de todas as obrigações, principais e acessórias, assumidas pela Emissora com relação às Debêntures, conforme estabelecidas nesta Escritura de Emissão ("Valor Garantido"), a Emissão contará com as garantias indicadas abaixo.

4.17.2. *Garantias Reais*. Os instrumentos de constituição das garantias reais especificadas abaixo serão devidamente celebrados para assegurar o integral e pontual pagamento do Valor Garantido pela Emissora, até a implementação de todas as Condições para Liberação das Garantias Reais previstas na Cláusula 4.17.3 abaixo (conjuntamente, "Garantias Reais"):

- (i) alienação fiduciária sobre a totalidade das ações (presentes e futuras) de emissão da Companhia, de titularidade da Lagoa Geração, representativas da totalidade do capital social da Companhia, e

respectivos frutos, rendimentos e vantagens que forem a elas atribuídos, a qualquer título, inclusive lucros, dividendos, juros sobre o capital próprio e todos os demais valores que, de qualquer outra forma, vierem a ser distribuídos pela Emissora, bem como quaisquer bens em que as ações oneradas sejam convertidas (inclusive quaisquer certificados de depósitos ou valores mobiliários), todas as ações que porventura, a partir desta data, sejam atribuídas à Lagoa Geração, ou seu eventual sucessor legal ou qualquer novo acionista por meio de subscrição, por força de desmembramentos, grupamentos ou exercício de direito de preferência das ações oneradas, distribuição de bonificações, conversão de debêntures de emissão da Emissora e de titularidade das acionistas da Emissora, todas as ações, valores mobiliários e demais direitos que porventura, a partir desta data, venham a substituir as ações oneradas, em razão de cancelamento das mesmas, incorporação, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora (“Alienação Fiduciária de Ações da Emissora”). A Alienação Fiduciária de Ações da Emissora será constituída em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, em conformidade com os termos e condições do “Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia e Outras Avenças”, a ser celebrado entre a Lagoa Geração e o Agente Fiduciário, com a interveniência anuência da Emissora (“Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Emissora”), a ser registrado nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

- (ii) alienação fiduciária sobre a totalidade das ações (presentes e futuras) de emissão da Eólica Caetité A, de titularidade da Emissora, representativas da totalidade do capital social da Eólica Caetité A, e respectivos frutos, rendimentos e vantagens que forem a elas atribuídos, a qualquer título, inclusive lucros, dividendos, juros sobre o capital próprio e todos os demais valores que, de qualquer outra forma, vierem a ser distribuídos pela Eólica Caetité A, bem como quaisquer bens em que as ações oneradas sejam convertidas (inclusive quaisquer certificados de depósitos ou valores mobiliários), todas as ações que porventura, a partir desta data, sejam atribuídas à Emissora, ou seu eventual sucessor legal ou qualquer novo acionista por meio de subscrição, por força de desmembramentos, grupamentos ou exercício de direito de preferência das ações oneradas, distribuição de bonificações, conversão de debêntures de emissão da Eólica Caetité A e de titularidade das acionistas da Eólica Caetité A, todas as ações, valores mobiliários e demais direitos que porventura, a partir desta data, venham a substituir as ações oneradas, em razão de cancelamento das mesmas, incorporação, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Eólica Caetité A (“Alienação Fiduciária de Ações da Eólica Caetité A”). A Alienação Fiduciária de Ações da Eólica Caetité A será constituída em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, em conformidade com os termos e condições do “Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia e Outras Avenças”, a ser celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário, com a interveniência anuência da Eólica Caetité A (“Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Eólica Caetité A”), a ser registrado nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.



(iii) alienação fiduciária sobre a totalidade das ações (presentes e futuras) de emissão da Eólica Caetité B, de titularidade da Emissora, representativas da totalidade do capital social da Eólica Caetité B, e respectivos frutos, rendimentos e vantagens que forem a elas atribuídos, a qualquer título, inclusive lucros, dividendos, juros sobre o capital próprio e todos os demais valores que, de qualquer outra forma, vierem a ser distribuídos pela Eólica Caetité B, bem como quaisquer bens em que as ações oneradas sejam convertidas (inclusive quaisquer certificados de depósitos ou valores mobiliários), todas as ações que porventura, a partir desta data, sejam atribuídas à Emissora, ou seu eventual sucessor legal ou qualquer novo acionista por meio de subscrição, por força de desmembramentos, grupamentos ou exercício de direito de preferência das ações oneradas, distribuição de bonificações, conversão de debêntures de emissão da Eólica Caetité B e de titularidade das acionistas da Eólica Caetité B, todas as ações, valores mobiliários e demais direitos que porventura, a partir desta data, venham a substituir as ações oneradas, em razão de cancelamento das mesmas, incorporação, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Eólica Caetité B ("Alienação Fiduciária de Ações da Eólica Caetité B"). A Alienação Fiduciária de Ações da Eólica Caetité B será constituída em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, em conformidade com os termos e condições do "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia e Outras Avenças", a ser celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário, com a interveniência anuência da Eólica Caetité B ("Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Eólica Caetité B"), a ser registrado nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

(iv) alienação fiduciária sobre a totalidade das ações (presentes e futuras) de emissão da Eólica Caetité C, de titularidade da Emissora, representativas da totalidade do capital social da Eólica Caetité C, e respectivos frutos, rendimentos e vantagens que forem a elas atribuídos, a qualquer título, inclusive lucros, dividendos, juros sobre o capital próprio e todos os demais valores que, de qualquer outra forma, vierem a ser distribuídos pela Eólica Caetité C, bem como quaisquer bens em que as ações oneradas sejam convertidas (inclusive quaisquer certificados de depósitos ou valores mobiliários), todas as ações que porventura, a partir desta data, sejam atribuídas à Emissora, ou seu eventual sucessor legal ou qualquer novo acionista por meio de subscrição, por força de desmembramentos, grupamentos ou exercício de direito de preferência das ações oneradas, distribuição de bonificações, conversão de debêntures de emissão da Eólica Caetité C e de titularidade das acionistas da Eólica Caetité C, todas as ações, valores mobiliários e demais direitos que porventura, a partir desta data, venham a substituir as ações oneradas, em razão de cancelamento das mesmas, incorporação, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Eólica Caetité C ("Alienação Fiduciária de Ações da Eólica Caetité C"). A Alienação Fiduciária de Ações da Eólica Caetité C será constituída em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, em conformidade com os termos e condições do "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia e Outras Avenças", a ser celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário, com a interveniência anuência da Eólica



Caetité C (“Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Eólica Caetité C”) e, em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Eólica Caetité A e o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Eólica Caetité B, “Contratos de Alienação Fiduciária de Ações das Eólicas Caetité”), a ser registrado nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

- (v) cessão fiduciária dos direitos emergentes das autorizações da Eólica Caetité A decorrentes das Portarias do Ministério das Minas e Energias (“MME”), autorizando as centrais eólicas do Projeto a estabelecerem-se como produtoras independentes de energia, bem como eventuais resoluções e/ou despachos da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) que venham a ser emitidos, incluídas as suas subseqüentes alterações (“Cessão Fiduciária de Direitos Emergentes da Eólica Caetité A”). A Cessão Fiduciária de Direitos Emergentes da Eólica Caetité A será constituída em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, em conformidade com os termos e condições do “Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Emergentes em Garantia e Outras Avenças”, a ser celebrado entre a Eólica Caetité A, a Emissora e o Agente Fiduciário (“Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Emergentes da Eólica Caetité A”), a ser registrado nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.
- (vi) cessão fiduciária dos direitos emergentes das autorizações da Eólica Caetité B decorrentes das Portarias do MME, autorizando as centrais eólicas do Projeto a estabelecerem-se como produtoras independentes de energia, bem como eventuais resoluções e/ou despachos da ANEEL que venham a ser emitidos, incluídas as suas subseqüentes alterações (“Cessão Fiduciária de Direitos Emergentes da Eólica Caetité B”). A Cessão Fiduciária de Direitos Emergentes da Eólica Caetité B será constituída em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, em conformidade com os termos e condições do “Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Emergentes em Garantia e Outras Avenças” a ser celebrado entre a Eólica Caetité B, a Emissora e o Agente Fiduciário (“Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Emergentes da Eólica Caetité B”), a ser registrado nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.
- (vii) cessão fiduciária dos direitos emergentes das autorizações da Eólica Caetité C decorrentes das Portarias do MME, autorizando as centrais eólicas do Projeto a estabelecerem-se como produtoras independentes de energia, bem como eventuais resoluções e/ou despachos da ANEEL que venham a ser emitidas, incluídas as suas subseqüentes alterações (“Cessão Fiduciária de Direitos Emergentes da Eólica Caetité C”). A Cessão Fiduciária de Direitos Emergentes da Eólica Caetité C será constituída em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, em conformidade com os termos e condições do “Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Emergentes em Garantia e Outras Avenças”, a ser celebrado entre a Eólica Caetité C, a Emissora e o Agente Fiduciário (“Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos

Emergentes da Eólica Caetité C” e, em conjunto com o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Emergentes da Eólica Caetité A e o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Emergentes da Eólica Caetité B, “Contratos de Cessão Fiduciária de Direitos Emergentes”), a ser registrado nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

- (viii) cessão fiduciária dos direitos creditórios de titularidade da Eólica Caetité A decorrentes de determinados contratos a ser por ela celebrados no âmbito do Projeto, quais sejam: (a) contrato de fornecimento de turbinas eólicas; (b) contrato de operação e manutenção de turbinas eólicas; (c) contrato de execução de obras civis; e (d) contrato de execução de obras de infraestrutura elétrica, bem como dos direitos creditórios decorrentes de conta bancária de titularidade da Eólica Caetité A, na qual sejam depositados os todos os valores devidos à Eólica Caetité A pelas respectivas contrapartes em decorrência de referidos contratos (“Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Eólica Caetité A”). A Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Eólica Caetité A será constituída em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, em conformidade com os termos e condições do “Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Eólica Caetité A em Garantia e Outras Avenças”, a ser celebrado entre a Eólica Caetité A, a Emissora e o Agente Fiduciário (“Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Eólica Caetité A”), a ser registrado nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.
- (ix) cessão fiduciária dos direitos creditórios de titularidade da Eólica Caetité B decorrentes de determinados contratos a ser por ela celebrados no âmbito do Projeto, quais sejam: (a) contrato de fornecimento de turbinas eólicas; (b) contrato de operação e manutenção de turbinas eólicas; (c) contrato de execução de obras civis; e (d) contrato de execução de obras de infraestrutura elétrica, bem como dos direitos creditórios decorrentes de conta bancária de titularidade da Eólica Caetité B, na qual sejam depositados os todos os valores devidos à Eólica Caetité B pelas respectivas contrapartes em decorrência de referidos contratos (“Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Eólica Caetité B”). A Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Eólica Caetité B será constituída em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, em conformidade com os termos e condições do “Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Eólica Caetité B em Garantia e Outras Avenças”, a ser celebrado entre a Eólica Caetité B, a Emissora e o Agente Fiduciário (“Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Eólica Caetité B”), a ser registrado nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.
- (x) cessão fiduciária dos direitos creditórios de titularidade da Eólica Caetité C decorrentes de determinados contratos a ser por ela celebrados no âmbito do Projeto, quais sejam: (a) contrato de fornecimento de turbinas eólicas; (b) contrato de operação e manutenção de turbinas eólicas;



(c) contrato de execução de obras civis; e (d) contrato de execução de obras de infraestrutura elétrica, bem como dos direitos creditórios decorrentes de conta bancária de titularidade da Eólica Caetité C, na qual sejam depositados os todos os valores devidos à Eólica Caetité C pelas respectivas contrapartes em decorrência de referidos contratos ("Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Eólica Caetité C"). A Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Eólica Caetité C será constituída em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, em conformidade com os termos e condições do "Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Eólica Caetité C em Garantia e Outras Avenças", a ser celebrado entre a Eólica Caetité C, a Emissora e o Agente Fiduciário ("Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Eólica Caetité C") e, juntamente com o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Eólica Caetité A, com o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Eólica Caetité B, com os Contratos de Alienação Fiduciária de Ações e com os Contratos de Cessão Fiduciária de Direitos Emergentes, "Contratos de Garantias Reais", a ser registrado nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

4.17.3. *Liberação das Garantias Reais.* Para fins de obtenção de recursos para investimentos no Projeto, a Emissora pretende obter financiamento de longo prazo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES ("BNDES"), diretamente ou por meio de repasse de recursos, ou realizar nova emissão de debêntures de longo prazo, conforme o caso ("Financiamento de Longo Prazo"), sendo que, para tanto, as Garantias Reais prestadas no âmbito da Emissão deverão ser liberadas pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, antes da Data de Vencimento, para que sejam novamente constituídas em garantia das obrigações da Emissora decorrentes do Financiamento de Longo Prazo, após o cumprimento das seguintes condições (em conjunto, "Condições para Liberação das Garantias Reais"):

- (i) envio pela Companhia, dos documentos referidos nesta alínea "i", cabendo ao Agente Fiduciário simplesmente encaminhar para os Debenturistas, as minutas finais dos instrumentos que formalizarão o Financiamento de Longo Prazo e a constituição das Garantias Reais em favor do(s) respectivo(s) credor(es); a Emissora, neste ato, declara que está ciente e concorda que o envio das minutas finais dos referidos documentos ao Agente Fiduciário possui caráter exclusivamente informativo e que tal envio, consequentemente, não importa em qualquer obrigação ou responsabilidade adicionais por parte do Agente Fiduciário além do respectivo envio desses documentos aos Debenturistas;
- (ii) outorga de poderes ao Agente Fiduciário, por meio de procurações assinadas pela Emissora, pela Lagoa Geração e pelas Eólicas Caetité, substancialmente na forma do modelo constante do **Anexo II** que integra esta Escritura de Emissão, que permitam ao Agente Fiduciário constituir novamente, em 1º (primeiro) grau e em nome dos Debenturistas, as Garantias Reais, por meio de celebração de cada um dos Contratos de Garantias Reais, substancialmente na forma como

assinados originalmente (somente sendo feitas as alterações necessárias em decorrência de atualização de valores e prazos envolvidos, conforme aplicável), o que deverá ocorrer até o 1º (primeiro) Dia Útil após findo o Prazo de Constituição de Garantias Reais do Financiamento (conforme abaixo definido), exceto se: (a) as Garantias Reais tenham sido constituídas em 1º (primeiro) grau em favor dos credores do Financiamento de Longo Prazo, pela Emissora, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias contados de sua liberação ("Prazo de Constituição de Garantias Reais do Financiamento"); e (b) todas as Debêntures tenham sido integralmente pagas e/ou canceladas, seja por conta de seu vencimento final, seja por conta do Resgate Antecipado ou em qualquer outra hipótese;

- (iii) entrega de cópia da ata de reunião de diretoria do BNDES comprovando a aprovação do Financiamento de Longo Prazo ao Agente Fiduciário, caso este tenha sido efetuado;
- (iv) comprovação, pela Companhia, por meio de declaração assinada por seus representantes legais, nos termos do **Anexo I** desta Escritura de Emissão, do cumprimento de todas as condições para a contratação do Financiamento de Longo Prazo, incluindo aquelas previstas na ata citada no subitem (iii) acima na hipótese de o Financiamento de Longo Prazo ser contratado junto ao BNDES; e
- (v) evidência/comprovação de que o montante liberado no primeiro desembolso do Financiamento de Longo Prazo será suficiente para a quitação do Valor Garantido, conforme comunicação que indique o referido montante, a ser enviada pela Companhia ao Agente Fiduciário, sendo certo que o Agente Fiduciário não se responsabiliza, expressa ou tacitamente, pelo uso indevido das informações disponibilizadas e/ou enviadas, acerca do respectivo montante liberado.

4.17.4. *Garantia Fidejussória.* Observado o disposto na Cláusula 4.17.3 acima, para assegurar o integral e pontual pagamento do Valor Garantido pela Emissora, até o vencimento final das Debêntures por meio da integral quitação do Valor Garantido ou a nova formalização das Garantias Reais em favor dos Debenturistas, conforme o caso, mediante a implementação de condição suspensiva, qual seja, a liberação das Garantias Reais, nos termos da Cláusula 4.17.3 acima, as Debêntures serão garantidas por fiança corporativa prestada pelo FIP Rio Energy em montante correspondente à totalidade do Valor Garantido, devendo a fiança aqui referida permanecer válida até a data em que todas as Debêntures tenham sido integralmente pagas e/ou canceladas (seja por conta de seu vencimento final, seja por conta do Resgate Antecipado ou em qualquer outra hipótese) ("Fiança"). Sem prejuízo do aqui disposto, caso todas (e não menos que todas) as Garantias Reais que tenham sido então liberadas voltem a ser devidamente constituídas e formalizadas em 1º (primeiro) grau, em favor dos Debenturistas, em condições similares às condições originalmente pactuadas, antes de que todas as Debêntures tenham sido integralmente pagas e/ou canceladas (seja por conta de seu vencimento final, seja por conta do Resgate Antecipado ou em qualquer outra hipótese), a Fiança será automaticamente desconstituída e permanecerá sem efeito durante o prazo em que todas (e não menos que todas) as Garantias Reais permanecerem plenamente em vigor.



Os procedimentos de liberação e constituição da Fiança e das Garantias Reais, previstos nesta Cláusula 4.17.4, deverão ser observados durante toda a vigência das Debêntures, tantas vezes quanto forem necessárias, devendo as Partes, ainda, observar os termos e condições previstos no “Contrato de Prestação de Garantia Fidejussória” a ser celebrado entre FIP Rio Energy e o Agente Fiduciário (“Contrato de Prestação de Fiança” e, em conjunto com os Contratos de Garantias Reais, “Contratos de Garantia”), a ser registrado pela Emissora no prazo máximo de 20 (vinte) dias contados da data da sua celebração, nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

4.18. Local de Pagamento

4.18.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (ii) os procedimentos adotados pelo Escriitador Mandatário, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.19. Prorrogação dos Prazos

4.19.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, até o primeiro Dia Útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com dia que não seja considerado um Dia Útil, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ocorrer através da CETIP, em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com sábados, domingos e / ou feriados declarados nacionais. Portanto, para os demais fins desta Escritura de Emissão, “Dia Útil” tem o significado atribuído pela Resolução n.º 2.932, de 28 de fevereiro de 2002, do Conselho Monetário Nacional, conforme alterada de tempos em tempos.

4.20. Publicidade

4.20.1. Todos os atos e decisões decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser veiculados, nos termos da Instrução CVM 476, no jornal “Valor Econômico” e no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores – *internet* (<http://www.eolicacaetite.com.br>) observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Oferta Restrita e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização. A publicação do referido aviso aos Debenturistas poderá ser substituída por correspondência registrada entregue a todos os Debenturistas e ao Agente Fiduciário, sendo certo que, caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo e publicar, nos jornais anteriormente utilizados, Aviso aos Debenturistas informando o novo veículo.



4.21. Liquidez e Estabilização

4.21.1. Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.

4.22. Fundo de Amortização

4.22.1. Não será constituído fundo de amortização para a presente Emissão.

4.23. Classificação de Risco

4.23.1. Não será contratada agência de classificação de risco no âmbito da Oferta para atribuir *rating* às Debêntures.

CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1. Sem prejuízo do disposto na regulamentação aplicável, a Emissora está obrigada a:

- (i) não realizar qualquer tipo de empréstimo para empresas de seu grupo econômico ou realizar pagamentos de qualquer natureza para suas subsidiárias, afiliadas, coligadas, controladora (direta ou indireta) e controladas diretas, exceto: (a) em relação a empréstimos ou pagamentos realizados às Eólicas Caeté pela Emissora como forma de investimento com os recursos captados por meio desta Emissão, nos termos da Cláusula 3.7 acima; (b) pagamentos por serviços realizados entre a Emissora e/ou suas controladas diretas e a Rio Energy Projetos Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.775.973/0001-32, desde que: (1) referidos pagamentos não excedam o montante, individual ou consolidado, equivalente a R\$4.000.000,00 (quatro milhões de reais), durante todo o prazo de vigência das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão (“Pagamentos Permitidos”); e (2) previamente à efetivação de cada Pagamento Permitido, seja realizado e devidamente comprovado, pelo(s) respectivo(s) acionista(s) controlador(es) da sociedade que realizará o Pagamento Permitido em questão, aporte de capital, em recursos imediatamente disponíveis, em moeda corrente nacional, por meio de subscrição e integralização de novas ações ordinárias representativas do capital social da sociedade que realizou o Pagamento Permitido em questão, no mesmo valor do Pagamento Permitido; (c) caso referidos empréstimos ou pagamentos estejam expressamente previstos no Empréstimo de Longo Prazo; e/ou (d) caso referidos empréstimos ou pagamentos sejam autorizados previamente por Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim;
- (ii) cumprir as leis, regulamentos, regras, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, inclusive aquelas relacionadas a aspectos trabalhistas e ambientais;



- (iii) manter em vigor toda a estrutura de contratos e demais acordos existentes necessários para lhe assegurar a manutenção das condições atuais de funcionamento da Emissora e de suas controladas diretas;
- (iv) manter sempre válidas e regulares as licenças, concessões, autorizações ou aprovações, societárias e governamentais, necessárias ao regular funcionamento da Emissora e à Emissão, e exigidas para construir, operar e manter o Projeto conforme aplicável;
- (v) não realizar qualquer uma das seguintes operações: redução de seu capital social ou o de suas controladas diretas, resgate ou amortização de ações, distribuição de dividendos (incluindo dividendos a título de antecipação e/ou rendimentos sob forma de juros sobre capital próprio) acima do mínimo obrigatório ou a realização de quaisquer outros pagamentos aos seus acionistas, exceto com relação às operações efetivadas com qualquer das controladas diretas da Emissora que sejam destinadas à transferência de recursos da(s) respectiva(s) controlada(s) para a Emissora, com a finalidade exclusiva de pagamento de quaisquer valores devidos em virtude das Debêntures;
- (vi) não constituir quaisquer subsidiárias e/ou controladas, sob qualquer forma societária, nem passar a deter participação, direta ou indiretamente, inclusive por meio das demais sociedades integrantes do grupo econômico da Emissora, em qualquer sociedade (exceto pelas Eólicas Caetité), salvo se a operação em questão tenha sido previamente aprovada por Debenturistas, que detenham, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim;
- (vii) não conceder preferência a outros créditos, não emitir debêntures, partes beneficiárias ou qualquer outro valor mobiliário, nem assumir novas dívidas ou endividamentos com terceiros, com exceção do Financiamento de Longo Prazo;
- (viii) manter em dia o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei;
- (ix) cumprir todas as obrigações contraídas nos termos dos documentos relacionados à Emissão;
- (x) não praticar qualquer ato em desacordo com o seu estatuto social e/ou com qualquer um dos documentos relacionados à Emissão;
- (xi) não realizar ou permitir qualquer alienação, transferência ou oneração de ações sem a anuência prévia de Debenturistas, que detenham, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em



Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim;

(xii) não alienar, ou transferir de qualquer forma, quaisquer de seus ativos e/ou de suas controladas;

(xiii) não criar ou permitir a criação de ônus, gravame ou direito real de garantia em favor de terceiros sobre quaisquer bens, ativos ou direitos de sua propriedade ou de propriedade de qualquer uma de suas controladas, com exceção das Garantias Reais previstas nesta Escritura de Emissão e da constituição de garantias para o Financiamento de Longo Prazo;

(xiv) em até 9 (nove) meses após a assinatura desta Escritura de Emissão, disponibilizar ao Agente Fiduciário, que por sua vez deverá simplesmente enviar aos Debenturistas para avaliação, relatório de consolidação de atividades socioambientais que deverá incluir, minimamente:

- (a) o atendimento às condicionantes das licenças ambientais emitidas ou renovadas no período;
- (b) informações sobre multas e/ou autos de infração eventualmente recebidos no período;
- (c) andamentos dos programas de monitoramento ambiental, com evolução do programa, resultados obtidos e análise crítica;
- (d) resultados dos processos de consultas e reclamações do período;
- (e) autorizações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN para os estudos arqueológicos das centrais eólicas do Projeto, incluindo as áreas de subestação e linha de transmissão; e
- (f) estudos ambientais, licença de instalação e autorizações de supressão vegetal para a linha de transmissão relativas às centrais eólicas do Projeto.

(xv) fornecer ao Agente Fiduciário:

- (a) em até 90 (noventa) dias da data do encerramento de cada exercício social, (a) cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas, relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, conforme aplicável, acompanhadas do relatório da administração e do parecer de auditoria ou relatório de revisão especial dos auditores independentes; e (b) declaração assinada pelo(s) representante(s) legais da Emissora, na forma do seu estatuto social, atestando o cumprimento de todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão;

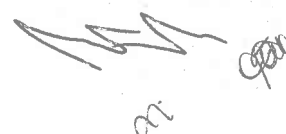


- (b) avisos aos Debenturistas, fatos relevantes, conforme definidos na Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), assim como atas de assembleias gerais da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesse dos Debenturistas, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que forem (ou devessem ter sido) publicadas ou, se não forem publicadas, da data em que forem realizadas; e
- (c) documentos comprobatórios atestando a utilização dos recursos captados na presente Emissão, a cada R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) utilizados, conforme disposto na Cláusula 3.7 acima, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua efetiva utilização;
- (xvi) manter seus bens segurados por companhias de seguro de primeira linha, de modo a preservar adequadamente os ativos relevantes da Emissora e de suas controladas para a continuidade de suas operações;
- (xvii) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias, societárias ou nos negócios da Emissora, ou demais eventos ou situações que: (a) possam causar um efeito material adverso nas condições operacionais, econômicas ou financeiras da Emissora; (b) faça com que as demonstrações financeiras da Emissora não mais reflitam a real condição financeira da Emissora; ou (c) tornem qualquer das declarações prestadas pela Emissora na presente Escritura de Emissão total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas, sendo que, em qualquer desses casos, a referida notificação deverá ser enviada pela Emissora ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que a alteração ou evento em questão for verificado pela Emissora;
- (xviii) prestar informações ao Agente Fiduciário, dentro do prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, sobre quaisquer autuações pelos órgãos governamentais, de caráter fiscal, trabalhista, ambiental ou de defesa da concorrência, entre outros, em relação à Emissora ou às suas controladas;
- (xix) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais, de acordo com o artigo 17 da Instrução CVM 476;
- (xx) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (xxi) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- (xxii) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento de seu exercício social (considerando-se para fins da primeira



divulgação o exercício social findo em 31 de dezembro de 2013), e manter tais demonstrações financeiras em sua página na rede mundial de computadores pelo prazo mínimo de 3 (três) anos contados de sua disponibilização nos termos do artigo 17 da Instrução CVM 476;

- (xxiii) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo art. 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Agente Fiduciário;
- (xxiv) encaminhar qualquer informação relevante sobre a presente Emissão que seja razoável e lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, incluindo mais não se limitando às informações a respeito da ocorrência de qualquer das Hipóteses de Vencimento Antecipado indicadas na Cláusula 4.14.1 acima, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis após a cobrança feita pelo Agente Fiduciário ou após ter tomado conhecimento, no caso das informações referentes à ocorrência de qualquer das Hipóteses de Vencimento Antecipado;
- (xxv) encaminhar ao Agente Fiduciário cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora ou por suas controladas, relacionada às Hipóteses de Vencimento Antecipado, em prazo não superior a 2 (dois) Dias Úteis após o seu recebimento;
- (xxvi) contratar e manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Liquidante, Escriturador Mandatário, a CETIP e o Agente Fiduciário;
- (xxvii) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (xxviii) efetuar o pagamento de todas as despesas devidamente comprovadas pelo Agente Fiduciário, que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida ao Debenturista nos termos desta Escritura de Emissão. O Agente Fiduciário fica desde já ciente e concorda com o risco de não ter tais despesas reembolsadas caso não tenham sido previamente aprovadas e realizadas em discordância com (a) critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero, e (b) a função fiduciária que lhe é inerente;
- (xxix) cumprir o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão;



- (xxx) observar as disposições da Instrução CVM 358, no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
- (xxxi) cumprir com todas as determinações emanadas da CVM e da CETIP, no que se refere à Oferta Restrita, com envio de documentos, se for o caso, prestando, ainda, todas as informações que lhes forem solicitadas pela CVM e pela CETIP;
- (xxxii) não transferir ou por qualquer forma ceder, ou prometer ceder, a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu na presente Escritura de Emissão, sem a prévia anuência dos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, conforme Cláusula Sétima abaixo, especialmente convocada para esse fim;
- (xxxiii) caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos desta Escritura de Emissão, mas não o faça, convocar, nos termos da Cláusula Sétima desta Escritura de Emissão, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre quaisquer matérias que estejam direta ou indiretamente relacionadas a presente Emissão;
- (xxxiv) enviar à CETIP: (a) as informações divulgadas na rede mundial de computadores previstas nos subitens (xx) e (xxi) acima; (b) documentos e informações exigidas por esta entidade no prazo de 3 (três) Dias Úteis a contar do recebimento de notificação nesse sentido; assim como (c) atender integralmente as demais obrigações previstas no Comunicado CETIP nº 28, de 2 de abril de 2009;
- (xxxv) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas sempre que solicitado e convocada nos prazos previstos nesta Escritura de Emissão;
- (xxxvi) em até 5 (cinco) Dias Úteis contados a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, notificar o acionista controlador da Emissora acerca das obrigações assumidas nas Cláusula 5.1(i).(b).(b.2) acima e 5.1 (xxxvii) abaixo, e apresentar a comprovação da respectiva ciência, em até 5 (cinco) Dias Úteis, contatos a partir do encerramento do prazo para notificação estabelecido neste item;
- (xxxvii) caso o valor total dos recursos a serem aportados no Projeto, pela Emissora ou seus acionistas controladores, conforme exigido pelos credores do Financiamento de Longo Prazo ("Valor Total de Aporte"), no evento da contratação do referido Financiamento de Longo Prazo, seja superior ao valor total dos recursos aportados pela Emissora ou seus acionistas controladores no Projeto até a data em que seja verificado o montante do Valor Total de Aporte, por parte dos credores do Financiamento de Longo Prazo, ("Valor Efetivamente Aportado"), a Emissora se obriga a adotar todas as medidas necessárias para que seus acionistas controladores realizem aporte de capital, em recursos imediatamente disponíveis em moeda corrente nacional, por meio



de subscrição de novas ações ordinárias de emissão da Emissora e suas controladas diretas, em valor equivalente à diferença verificada entre o Valor Total de Aporte e o Valor Efetivamente Aportado;

(xxxviii) até o 1º Dia Útil após findo o Prazo de Constituição de Garantias Reais do Financiamento, constituir novamente as Garantias Reais em favor dos Debenturistas, conforme aplicável, observado o disposto na Cláusula 4.17.3 acima; e

(xxxix) notificar o Agente Fiduciário sobre a constituição das Garantias Reais em favor dos respectivos credores do Financiamento de Longo Prazo, em até 2 (dois) Dias Úteis, contados da data da referida constituição.

CLÁUSULA SEXTA – AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora nomeia e constitui Agente Fiduciário da Emissão, a **Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**, qualificada no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar os interesses da comunhão dos Debenturistas.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara que:

- (i) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (ii) aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas Cláusulas e condições;
- (iii) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (iv) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (v) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;
- (vi) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada (“Instrução CVM 28”);

- (vii) está devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável e vigente;
- (viii) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (ix) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil nº 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- (x) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, especialmente a regularidade da prestação das Garantias Reais, nos termos no inciso IX do artigo 12 da Instrução CVM 28, baseado nas informações prestadas pela Emissora, observado que o Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de verificação independente quanto à veracidade das informações ora apresentadas, com o quê os Debenturistas ao subscreverem ou adquirirem as Debêntures declaram-se cientes e de acordo;
- (xi) para fins do disposto na Instrução CVM 28, na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, não presta serviço de agente fiduciário nas emissões das empresas do grupo econômico da Emissora; e
- (xii) a(s) pessoa(s) que o representa(m) na assinatura desta Escritura de Emissão tem poderes bastantes para tanto.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou até sua efetiva substituição. Neste último caso, o término do exercício das funções do Agente Fiduciário será formalizado por meio de aditamento a esta Escritura de Emissão.

6.4. Serão devidos, pela Emissora ao Agente Fiduciário, honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura, correspondentes a uma remuneração equivalente a R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), sendo que o pagamento será devido em uma única parcela em 5 (cinco) Dias Úteis, contados da data de assinatura desta Escritura de Emissão.

6.4.1. A remuneração citada na Cláusula 6.4 acima será acrescida dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (Imposto de Renda), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

6.4.2. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios



de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

6.4.3. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante depósito na conta corrente a ser indicada por este no momento oportuno, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento.

6.4.4. A remuneração não inclui despesas consideradas necessárias ao exercício da função de agente fiduciário, durante a implantação e vigência do serviço, as quais serão cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em nome da Emissora ou mediante reembolso, sempre que possível, após prévia aprovação, quais sejam: publicações em geral, notificações, extração de certidões, fotocópias, digitalizações, envio de documentos, custos incorridos com contatos telefônicos relacionados à Emissão, viagens, transportes, alimentação, estadias, despesas com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal aos Debenturistas.

6.4.5. Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, na condição de representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar adiantamento aos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

6.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios negócios;
- (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iii) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;



- (iv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (v) promover, às expensas da Emissora, caso o responsável, de acordo com o Contrato de Prestação de Fiança não o faça, o registro (i) desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCERJA; (ii) dos Contratos de Garantia, nos competentes Cartórios de Registros de Títulos e Documentos, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários ao referido registro, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora;
- (vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (vii) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões válidas emitidas por, dentre outros: distribuidores cíveis, distribuidores das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades, as quais deverão ser apresentadas em até 30 (trinta) dias corridos da data de solicitação;
- (viii) solicitar, quando considerar necessário, às expensas da Emissora, e desde que justificada, auditoria extraordinária na Emissora;
- (ix) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, conforme Cláusula 4.20 acima;
- (x) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (xi) elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as informações abaixo. Para tanto, a Emissora obriga-se desde já a informar e enviar o organograma de seu grupo societário, o qual deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas, e as sociedades integrantes do bloco de controle da Emissora, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social, todos os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório aqui citado, que venham a ser solicitados pelo Agente

Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização na CVM:

- (a) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (b) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
 - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
 - (d) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
 - (e) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;
 - (f) resgate, amortização e pagamento de Remuneração realizados no período, conforme aplicável, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (g) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (h) relação dos bens e valores entregues ao Agente Fiduciário, compreendendo sua administração e/ou prepostos;
 - (i) declaração sobre a suficiência e exequibilidade das Garantias Reais; e
 - (j) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28;
- (xii) disponibilizar o relatório a que se refere o subitem anterior aos Debenturistas até o dia 30 de abril de cada ano. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
- (a) na sede da Emissora;
 - (b) na sede do Agente Fiduciário;
 - (c) na CVM;
 - (d) na CETIP; e

- (e) na sede do Coordenador Líder;
- (xiii) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no subitem anterior;
- (xiv) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto ao Escriturador Mandatário, o Banco Liquidante e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora e os Debenturistas, assim que subscrever, integralizar ou adquirir as Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Escriturador Mandatário, o Banco Liquidante e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- (xv) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer da Emissora;
- (xvi) notificar os Debenturistas, individualmente ou, caso não seja possível, por meio de aviso publicado nos jornais mencionados na Cláusula 4.20 acima, acerca de qualquer inadimplemento pela Emissora, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que tomar ciência da ocorrência ou da data em que o evento se tornar público, o que ocorrer primeiro, de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações;
- (xvii) observado o disposto na Cláusula 4.17.3.(ii) acima, constituir novamente, em favor dos Debenturistas, as Garantias Reais, em 1 (um) Dia Útil, contado a partir do encerramento do Prazo de Constituição das Garantias Reais do Financiamento, por meio da celebração de cada um dos Contratos de Garantias Reais, substancialmente na forma como assinados originalmente (somente sendo feitas as alterações necessárias em decorrência de atualização de valores e prazos envolvidos, conforme aplicável) e subsequente registro dos referidos documentos nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos; e
- (xviii) disponibilizar o cálculo do valor unitário das Debêntures a ser realizado pela Emissora aos Debenturistas e aos participantes do mercado, por meio de sua central de atendimento e/ou de seu *website*; e
- (xix) acompanhar com o Banco Liquidante na Data de Vencimento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado na presente Escritura de Emissão.



6.6. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos e condições desta Escritura de Emissão:

- (i) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures conforme previsto nesta Escritura e cobrar seu principal e acessórios;
- (ii) executar os Contratos de Garantia, observados os termos e condições desta Escritura de Emissão e dos respectivos Contratos de Garantia, aplicando o produto da execução na amortização ou liquidação integral das obrigações da Emissora assumidas nos termos da Escritura de Emissão;
- (iii) requerer a falência da Emissora ou iniciar procedimento da mesma natureza quando aplicável;
- (iv) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (v) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e/ou recuperação extrajudicial, bem como intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

6.6.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos subitens (i) a (iv) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar, nos termos desta Escritura de Emissão ou por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em Circulação, conforme o caso, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação presentes à Assembleia Geral correspondente quando tal hipótese se referir ao disposto no subitem (v) acima.

6.7. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato cuja decisão seja de competência dos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas por estes. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28, e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

6.8. Sem prejuízo de seu dever de diligência, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu



pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Adicionalmente, o Agente Fiduciário não será, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, os quais continuarão a ser de obrigação legal e regulamentar da Emissora, nos termos da legislação aplicável.

6.9. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, somente serão válidos quando previamente deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

6.10. A Emissora, neste ato, declara estar ciente de que o envio das informações previstas nas Cláusulas 5.1.(xiv) e 5.1.(xv).(c), ao Agente Fiduciário possuirá caráter meramente informativo, não importando em qualquer obrigação ou responsabilidade deste, em qualquer momento, por qualquer ato, fato ou prejuízo.

6.11. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, judicial ou extrajudicial, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar, conforme definido na Cláusula Sétima, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo Agente Fiduciário superior à ora avençada.

6.11.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, esse deverá comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

6.11.2. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

6.11.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto.

6.11.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e ao atendimento dos requisitos previstos na Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores aplicáveis.



6.11.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado nos termos da Cláusula 4.13 acima.

6.11.5.1. O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas em forma de aviso nos termos da Cláusula 4.20 acima.

6.11.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

CLÁUSULA SÉTIMA – ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

7.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral de Debenturistas, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

7.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação ou pela CVM.

7.3. A convocação da Assembleia Geral de Debenturistas se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora costuma efetuar suas publicações, conforme Cláusula 4.20 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

7.4. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, a respeito das assembleias gerais de acionistas.

7.5. A Assembleia Geral de Debenturistas deverá ser realizada no prazo de 8 (oito) dias, contados da publicação do edital de convocação ou, caso não se verifique *quorum* para realização da Assembleia Geral de Debenturistas, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da nova publicação do edital de convocação.

7.6. A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, a metade mais um das Debêntures em Circulação, conforme definido na Cláusula 7.8 abaixo, e, em segunda convocação, com qualquer *quorum*.

7.7. Cada Debênture conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não.

7.8. Para efeito da constituição do *quorum* de instalação e/ou deliberação a que se refere esta Cláusula

Sétima, serão consideradas "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures em circulação no mercado, excluídas as Debêntures que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam de propriedade de seus controladores ou de qualquer de suas controladas ou coligadas, bem como dos respectivos diretores ou conselheiros e respectivos cônjuges ou de quaisquer outras partes relacionadas. Para efeitos de *quorum* de deliberação não serão computados, ainda, os votos em branco.

7.9. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas, exceto quando formalmente solicitado pelo Agente Fiduciário, hipótese em que será obrigatória.

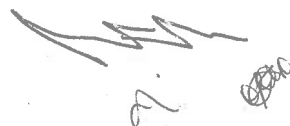
7.10. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

7.11. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

7.12. Exceto se estabelecido de forma diversa nesta Escritura de Emissão, as deliberações serão tomadas por Debenturistas que detenham, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer convocação subsequente.

7.13. As deliberações relativas às modificações das seguintes características das Debêntures dependerão da aprovação por Debenturistas que detenham, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer convocação subsequente: (i) Remuneração das Debêntures; (ii) data de pagamento da Remuneração; (iii) Data de Vencimento das Debêntures; (iv) valores e datas de amortização do principal das Debêntures; (v) Hipóteses de Vencimento Antecipado estabelecidas na Cláusula 4.14.1 acima; (vi) *quorums* de deliberação estabelecidos nesta Cláusula Sétima; (vii) obrigações adicionais da Emissora estabelecidas na Cláusula Quinta; (viii) obrigações do Agente Fiduciário, estabelecidas na Cláusula Sexta; (ix) procedimentos aplicáveis às Assembleias Gerais de Debenturistas, estabelecidas nesta Cláusula Sétima; e (x) garantias prestadas.

7.14. As deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleias Gerais de Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os *quorum* estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido nas respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas.



7.15. Independentemente das formalidades previstas na legislação aplicável e nesta Escritura de Emissão, serão consideradas regulares as deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.

CLÁUSULA OITAVA – DECLARAÇÕES DA EMISSORA

8.1. A Emissora neste ato declara e garante que:

- (i) é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade anônima de capital fechado de acordo com as leis brasileiras e está devidamente autorizada a conduzir os seus negócios, com plenos poderes para deter, possuir e operar seus bens;
- (ii) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias, inclusive as societárias, à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (iii) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (iv) tem, assim como suas controladas, todas as autorizações e licenças necessárias exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas respectivas atividades, sendo todas válidas, exceto aquelas cuja perda, revogação ou cancelamento não resulte em impacto adverso relevante para: (i) as atividades ou situação financeira da Emissora e de suas controladas; (ii) o cumprimento, pela Emissora, das obrigações previstas nesta Escritura; ou para (iii) assegurar a legalidade, validade e exequibilidade das obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;
- (v) a celebração e o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão não infringem ou contrariam: (a) qualquer contrato ou documento do qual a Emissora e/ou as suas controladas sejam parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades relevantes estejam vinculados, nem irá resultar em (x) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (y) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem relevante da Emissora ou de suas controladas, exceto pelas Garantias Reais, na forma da Cláusula 4.17.2 acima; ou (z) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora e/ou suas controladas ou quaisquer de seus bens e propriedades relevantes estejam sujeitos; ou (c) qualquer ordem, decisão ou



sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora e/ou suas controladas ou quaisquer de seus bens e propriedades relevantes;

- (vi) está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, inclusive com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social, exceto aquelas cujo descumprimento não resulte em impacto adverso relevante para: (i) as atividades ou situação financeira da Emissora e de suas controladas; (ii) o cumprimento, pela Emissora, das obrigações previstas nesta Escritura; ou para (iii) assegurar a legalidade, validade e exequibilidade das obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;
- (vii) as demonstrações financeiras da Emissora relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2012 e 2013 são verdadeiras, completas e corretas em todos os aspectos na data em que foram preparadas; refletem, de forma clara e precisa, a posição financeira e patrimonial, os resultados, operações e fluxos de caixa da Emissora no período, conforme aplicável;
- (viii) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos na Cláusula 3.7 desta Escritura de Emissão;
- (ix) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade da Emissora;
- (x) todas as informações prestadas pela Emissora no âmbito da presente Oferta Restrita, ou concomitantemente à presente data, para fins de análise e aprovação da Emissão das Debêntures, são corretas, completas e verdadeiras na data na qual referidas informações foram prestadas e não omitem qualquer fato necessário para fazer com que referidas informações não sejam enganosas em referido tempo à luz das circunstâncias nas quais foram prestadas;
- (xi) todas as declarações e garantias relacionadas à Emissora, que constam desta Escritura de Emissão, são, na data de assinatura desta Escritura de Emissão, verdadeiras, corretas consistentes e suficientes;
- (xii) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o

cumprimento, pela Emissora e/ou por suas controladas, de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto (a) a inscrição da Escritura de Emissão e da AGE da Emissão na JUCERJA; (b) o registro das Debêntures na CETIP e na ANBIMA, conforme o caso; e (c) o registro dos Contratos de Garantia e da AGC FIP Rio Energy nos competentes Cartórios de Registros de Títulos e Documentos;

- (xiii) esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro; e
- (xiv) a Emissora tem plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, não poderá realizar outra oferta pública de debêntures da mesma espécie da Emissão dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM.

8.2. A Emissora compromete-se, em até 2 (dois) Dias Úteis contados do respectivo conhecimento, a notificar o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações prestadas na presente Escritura de Emissão tornem-se inverídicas, imprecisas, incompletas ou incorretas.

CLÁUSULA NONA – NOTIFICAÇÕES

9.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

CENTRAIS EÓLICAS DE CAETITÉ PARTICIPAÇÕES S.A.

Rua Visconde de Pirajá, nº 470, 4º andar

CEP 22410-002 – Rio de Janeiro - RJ

At.: Sr. Roberto Colindres / Sr. Marcos Ferreira Meireles

Telefone: (21) 2513-2875

Fac-símile: (21) 3795-4228

Correio Eletrônico: roberto.colindres@rioenergylc.com / marcos.meireles@rioenergylc.com

Para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, nº 4.200, sala 514, bloco 04, Barra da Tijuca

CEP 22640-102 – Rio de Janeiro, RJ

At.: Sras Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira

Telefone: (21) 3385-4565

Fac-símile: (21) 3385-4046

Correio Eletrônico: backoffice@pentagonotrustee.com.br

Para o Banco Liquidante

ITAÚ UNIBANCO S.A.

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha

CEP 04311-000 – São Paulo, SP

At.: Sr. Luiz Petito

Telefone: (11) 2797-4441

Fac-símile: (11) 2797-3140

Correio Eletrônico: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

Para o Escriturador Mandatário

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 10º andar

CEP 04538-132 – São Paulo, SP

At.: Sr. Luiz Petito

Telefone: (11) 2797-4441

Fac-símile: (11) 2797-3140

Correio Eletrônico: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

Para a CETIP

CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº1.663, 4º andar

CEP 01452-002 – São Paulo, SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Telefone: 011 3111-1596

Fac-símile: 011 3111-1564

Correio Eletrônico: valores.mobiliarios@cetip.com.br

9.2. As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile e/ou e-mail serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra parte pela parte que tiver seu endereço alterado.



CLÁUSULA DÉCIMA – DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba a qualquer uma das Partes da presente Escritura de Emissão, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda acima, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

10.3. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

10.4. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.5. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas à execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes, do Código de Processo Civil.

10.6. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

10.7. Exceto se previsto de outra forma nesta Escritura de Emissão, os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prevista no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

10.8. Quaisquer informações referentes à Emissora ou a suas subsidiárias, afiliadas, coligadas, controladora (direta ou indireta) e controladas (diretas ou indiretas) enviadas por estas ao Agente Fiduciário são estritamente confidenciais, exceto com relação às informações que o Agente Fiduciário seja obrigado a divulgar (e somente na extensão necessária para o cumprimento de tal obrigação) em virtude de lei, regulamentação, qualquer determinação governamental, regulatória ou judicial aplicável, ou ainda em virtude desta Escritura de Emissão.



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FORO

11.1. Fica eleito o foro da Comarca da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

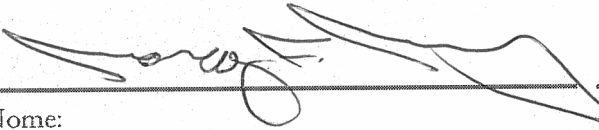

E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão a Emissora e o Agente Fiduciário em 3 (três) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 02 de junho de 2014.



PÁGINA DE ASSINATURAS 01/02 DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIAS ADICIONAIS REAIS E FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA CENTRAIS EÓLICAS DE CAETITÉ PARTICIPAÇÕES S.A.

CENTRAIS EÓLICAS DE CAETITÉ PARTICIPAÇÕES S.A.

	
Nome:	Nome: Alexandre Lima Nogueira
Cargo:	Cargo: Diretor



PÁGINA DE ASSINATURAS 02/02 DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIAS ADICIONAIS REAIS E FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA CENTRAIS EÓLICAS DE CAETITÉ PARTICIPAÇÕES S.A.

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Marcelle Motta Santoro

Nome:

Cargo:

Marcelle Santoro
Diretora

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

2º OFÍCIO DE NOTAS - TABELIÃO: ADILSON WAGNER FIRMINO
Estr. dos Bandeirantes, 209 - Lj C/D- Taquara - RJ - Fone: (021) 2445-8785

Reconheço por **SEMELHANÇA** a(s) firma(s) de:

MARCELLE MOTTA SANTORO+++++

Rio de Janeiro, 03 de Junho de 2014. Conf. por _____

Em testemunho _____ da verdade

Emolumentos. R\$4,28
Impostos R\$1,42
Total R\$5,70

CTPS 78631 S/108RJ - ALBERTO MARQUES DOS SANTOS-ESCREVENTE
EAGY76198-BQT Consulte em <http://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>



Handwritten signature

ANEXO I

**MODELO DE DECLARAÇÃO DA EMISSORA ATESTANDO O CUMPRIMENTO DO INCISO “IV”, NOS
TERMOS DA CLÁUSULA 4.17.3 DA ESCRITURA DE EMISSÃO**

[DATA]

À

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 04, Sala 514, Barra da Tijuca

22640-102, Rio de Janeiro, RJ

At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira

Fazemos referência ao “Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Reais e Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Centrais Eólicas de Caetité Participações S.A.”, celebrado em 02 de junho de 2014, entre Centrais Eólicas de Caetité Participações S.A., na qualidade de emissora (“Emissora”) e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na qualidade de agente fiduciário e representante dos debenturistas (“Escritura de Emissão”).

Os termos grafados em letra maiúscula, a menos que definidos de outra maneira neste instrumento, terão os significados estabelecidos na Escritura de Emissão.

Os representantes legais da Emissora declaram, neste ato, de forma irrevogável e irretratável:

- (i) que estão devidamente autorizados a emitir a presente declaração; e
- (ii) o devido cumprimento de todas as condições para a contratação do Financiamento de Longo Prazo, na forma do disposto no inciso “iv” da cláusula 4.17.3. da Escritura de Emissão.

Rio de Janeiro, [=] de [=] de 201[=].

CENTRAIS EÓLICAS DE CAETITÉ PARTICIPAÇÕES S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

ANEXO II
MODELO DO INSTRUMENTO DE PROCURAÇÃO

[LAGOA GERAÇÃO/EMISSIONA/CAETITÉ A/ CAETITÉ B/ CAETITÉ C], [insere respectiva qualificação], neste ato, devidamente representada por seu(s) representante(s) legal(is), devidamente constituídos nos termos de seus documentos societários (“Outorgante”) nomeia e constitui em caráter irrevogável, como sua **PROCURADORA** nos termos da Cláusula 4.17.3(ii) do “Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Reais e Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Centrais Eólicas de Caetité Participações S.A.”, celebrado em 02 de junho de 2014 entre a Centrais Eólicas de Caetité Participações S.A., na qualidade de emissora das Debêntures e o Outorgado (conforme abaixo definido) (“Escritura de Emissão”) para atuar, em nome da Outorgante, conforme permitido pela legislação vigente, a **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 04, sala 514, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, na qualidade de representante dos titulares de Debêntures da primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantias adicionais reais e fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, da Centrais Eólicas De Caetité Participações S.A. (“Agente Fiduciário” ou “Outorgado”), conferindo-lhe direitos e poderes amplos e específicos para praticar todo e qualquer ato necessário ou aconselhável para efetivar a constituição, em 1º (primeiro) grau e em nome dos Debenturistas, das Garantias Reais constituídas no âmbito da Emissão, nos termos do disposto nas Cláusulas 4.17.3(ii) e 4.17.4 da Escritura de Emissão e no Contrato de Prestação de Fiança (conforme abaixo definido), incluindo, mas não se limitando a: (i) celebrar cada um dos Contratos de Garantias Reais, substancialmente na forma como assinados originalmente (somente sendo feitas as alterações necessárias em decorrência de atualização de valores e prazos envolvidos, conforme aplicável), em nome da Outorgante; e (ii) promover os registros dos Contratos de Garantias Reais nos competentes cartórios de títulos e documentos, observado o disposto na Cláusula 4.17.4 da Escritura de Emissão e no Contrato de Prestação de Fiança (conforme abaixo definido), bem como a tomar qualquer medida e firmar quaisquer contratos, acordos, escrituras públicas e/ou outros instrumentos, necessários para a consecução do objeto deste instrumento.

Os termos em maiúscula usados, mas não definidos neste instrumento terão os significados atribuídos ou incorporados, por referência, na Escritura de Emissão.

Esta procuração é outorgada em relação à Escritura de Emissão e ao “Contrato de Prestação de Fiança” celebrado em [] de [] de 2014 entre Rio Energy Fundo de Investimento em Participações e o Agente Fiduciário, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 17.142.169/0001-89, representado por seu administrador, CRV Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº



62.318.407/0001-19 e o Outorgado (“Contrato de Prestação de Fiança”) como meio de satisfação das obrigações neles estabelecidas, em conformidade com os artigos 684 e 685 do Código Civil Brasileiro.

Esta procuração é irrevogável e irretratável, válida, vigente e eficaz até o término ou rescisão do Contrato de Prestação de Fiança, observado o disposto em sua Cláusula 3.1.1 e será regida e interpretada segundo as leis do Brasil.

Rio de Janeiro,  de junho de 2014.

[LAGOA GERAÇÃO/EMISSIONA/CAETITE A/ CAETITE B/ CAETITE C]

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

